



Ata n.º 3

Ao terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, realizou-se, pelas catorze horas e trinta minutos no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- Ponto prévio: Informações;-----
- Ponto um: Leitura e aprovação da ata da reunião anterior;-----
- Ponto dois: Plano de Transporte Escolar 2019/2020;-----
- Ponto três: Ação Social Escolar 2019/2020;-----
- Ponto quatro: Projeto Educativo Local;-----
- Ponto cinco: Outros Assuntos.-----

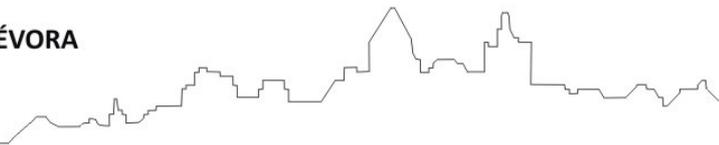
A Dr.ª Sara Fernandes, na qualidade de presidente do Conselho Municipal de Educação, saudando e agradecendo a presença de todos os presentes, deu início à reunião.-----

No ponto prévio, a Dra. Sara Fernandes transmitiu algumas informações aos conselheiros sobre os seguintes assuntos:-----

----Carta Educativa: não foi possível cumprir o prazo de apresentação da primeira proposta, uma vez que a versão final para apresentação apenas tinha ficado concluída no período do verão, estando já na posse do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora para sua apreciação e decisão. Sobre a proposta que se encontrava em análise, a Dra. Sara Fernandes apelou a todos os membros do Concelho Municipal, mais diretamente aos diretores dos agrupamentos de escolas, que lhe fizessem chegar Propostas de Alteração à Rede e, caso se verificasse essa necessidade, deixou a hipótese de se realizar uma reunião para discussão sobre o assunto.-----

----Sobre este assunto, pediu a palavra o Dr. Gazimba Simão, para, com base nas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, salientar a necessidade de incorporação na Carta Educativa de estratégias de consenso educativo e para o Desporto Escolar do município e de uma análise prospetiva e estratégica em relação a financiamentos alocados; salientar também a necessidade de nova reflexão sobre a proposta que a Autarquia se encontrava a avaliar, uma vez que poderia estar desatualizada face à legislação atual. Quanto à Carta Educativa em vigor, referiu a importância de ser acompanhada de um dossiê técnico. Sobre as novas alterações, transmitiu que os Serviços Regionais da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares ainda não haviam recebido nenhuma orientação.-----

----Sobre o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a Dra. Sara Fernandes explicou a todo o Conselho Municipal que se tratava de um normativo legal para formalizar a transferência de competências no domínio da educação para as autarquias e as comunidades intermunicipais, na sequência da publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais). Após uma leitura jurídica aos dois diplomas, a Assembleia Municipal decidiu não aceitar a transferência de competências até 2021, pelo que tudo o que esteja previsto ao Decreto-Lei



n.º 21/2019, de 30 de janeiro, não será tido em conta pela Autarquia. Contudo, o novo documento da Carta Educativa já inclui medidas para combate ao insucesso escolar e aspetos relacionados com o investimento para que, no momento de concretização das alterações, não seja necessário fazer uma nova Carta Educativa.

----Contrato de Execução: a Dra. Sara Fernandes informou que o contrato se encontrava revogado desde o dia 1 de julho, data em que foi feita a transferência dos mapas de pessoal afeto às competências do Ministério da Educação, tendo ficado na Autarquia o pessoal não docente afeto aos Jardins-de-Infância (geral e refeitórios/cantinas) e pessoal não docente afeto aos refeitórios e cantinas das Escolas Básicas de 1.º Ciclo do Ensino Básico. Embora tivesse sido um processo complicado, foi sempre acompanhado de diálogo entre os trabalhadores que transitaram para o Ministério da Educação. No âmbito do contrato de execução, apenas estava por resolver a questão do Parque Escolar. -----

----Início do ano letivo 2019/2020: a Dra. Sara Fernandes deu oportunidade aos senhores diretores dos agrupamentos de escolas para se pronunciarem sobre eventuais problemas tidos como previstos para o início do ano. No âmbito das suas competências, informou que a Câmara Municipal tentou acordar com as direções dos agrupamentos o que seria razoável ter nos Jardins-de-Infância, onde foram colocados dois assistentes operacionais por sala para apoio à componente letiva e às atividades de animação e apoio à família; nas cozinhas, onde foram colocados dois ou três assistentes operacionais a tempo inteiro; nos refeitórios, onde foi colocado um assistente operacional a tempo inteiro e um tarefeiro para apoiar nas horas da refeição.-----

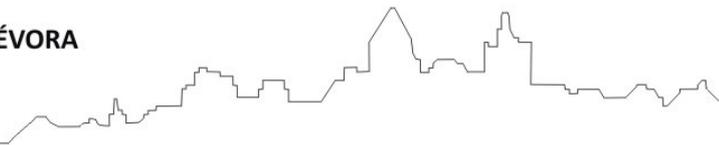
----Tomando a palavra, o Dr. Alexandre Pires, diretor do Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, referiu que a questão do pessoal não docente seria sempre um problema recorrente no início do ano letivo decorrente do desfazamento entre o previsto na Portaria e a realidade do Agrupamento, o que apenas se poderia atestar no decorrer das atividades letivas. Em concreto na Escola Básica Manuel Ferreira Patrício, referiu a questão das obras do ginnodesportivo, que se previam concluídas, o mais tardar, na segunda semana de aulas. -----

----De seguida, o Dr. Carlos Percheiro, diretor do Agrupamento de Escolas Severim de Faria, referiu que, relativamente ao pessoal não docente, o início do ano letivo seria mais pacífico do que o do ano letivo anterior, sendo que, com a implementação o mais breve possível do prometido pelo Ministério de Educação sobre uma bolsa para funcionários com licenças de longa duração, as questões fundamentais ficariam resolvidas. -----

----Da parte do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, a Dra. Maria da Conceição Duarte, Subdiretora do Agrupamento, referiu que se previa um início de ano mais pacífico, estando a decorrer um concurso para admissão de funcionários. Não fossem alguns constrangimentos pontuais decorrentes de situações de doença e ausências, considerariam como um início de ano razoável. -----

----Sobre a questão do pessoal não docente, o Dr. Gazimba Simão transmitiu, de acordo com a informação que tinha, que os rócios estavam a ser cumpridos, apelando aos senhores diretores de agrupamentos de escolas que, caso surjam atestados de longa duração ou casos de aposentação, essa informação seja comunicada o mais rápido possível para que possam ser despoletados os mecanismos previstos. Sobre os





contratos que o Ministério de Educação assumiu, informou que foram aprovados e que nessa semana seriam enviados ofícios aos Agrupamentos de Escolas para formalizar a transferência do pessoal não docente.-----

---Comissão Permanente do Conselho Municipal de Educação: a Dra. Sara Fernandes informou que a Comissão, embora de forma não formal, foi ativada, tendo já decorrido entre a Câmara Municipal e os quatro diretores dos Agrupamentos de Escolas três reuniões desde o último Conselho Municipal de Educação.----- Terminado o ponto prévio, passou-se ao Ponto Um, com a colocação da ata da reunião anterior a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade pelos conselheiros que estiveram presentes na referida reunião.-----

Após a aprovação da ata da reunião anterior, foi introduzido o Ponto Dois – Plano de Transporte Escolar 2019/2020. A Dra. Sara Fernandes informou que a alteração relativamente ao plano do ano anterior tinha apenas a ver com o ajuste dos montantes, mantendo-se a legislação de enquadramento legal do Plano de Transporte Escolar do ano letivo transato (devido a não ter aceite a transferência de competências no âmbito da educação, a Autarquia entendeu que não se considerariam as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), assim como as medidas de apoio extraordinárias definidas além da resposta obrigatória, nomeadamente: -----

---Transporte de alunos do 2.º Ciclo do Ensino Básico residentes nas freguesias rurais através de veículos ligeiros das Uniões ou Juntas de Freguesia e de carreiras especiais, que garantem o desvio ou prolongamentos das carreiras interurbanas; -----

---Rentabilização dos circuitos de transporte escolar para apoio a crianças que, não preenchendo os requisitos para integrar a rede de transportes escolares, são sinalizados como pertencentes a uma situação socioeconómica desfavorecida e sem resposta alternativa a este nível, desde que a sua integração não implique custos adicionais; -----

---Aplicação de medida de discriminação positiva para os alunos beneficiários da Ação Social (Escalões A e B) que participam o transporte escolar:-----

----- Transportes públicos interurbanos: isenção para os alunos com Escalão A ou redução em 50% do pagamento previsto para os alunos beneficiários de Escalão B; -----

----- Transportes públicos urbanos: isenção deste pagamento para os alunos com Escalão A ou B. -----

---Reajustamento aos circuitos realizados por Juntas de Freguesia por motivo de incompatibilidade de horários escolares, seja para reduzir os tempos de espera, seja por frequência de aulas de apoio.-----

Colocado a votação, o Plano de Transporte Escolar 2019/2020 foi aprovado por unanimidade, tendo ficado o pedido, apresentado pelo Dr. Rui Rosado, de que este tipo de documentos fosse enviado com antecedência para uma melhor apreciação prévia.-----

Feita a apresentação e votação do Plano de Transporte Escolar, passou-se ao ponto três da Ordem de Trabalhos com a apresentação da proposta de atribuição dos auxílios económicos no âmbito da Ação Social Escolar para o ano letivo 2019/2020. A proposta apresentada previa a atribuição de auxílios económicos para a aquisição de refeições e material escolar e para apoio à realização de visitas de estudo, para os alunos do





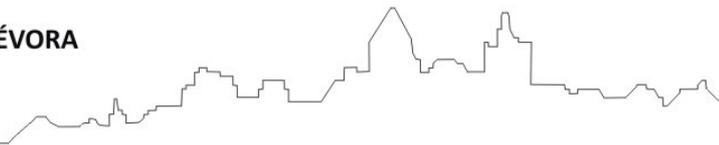
1.º Ciclo do Ensino Básico e, como medida extraordinária, de auxílios económicos para a aquisição de refeições e material escolar para as crianças do Pré-Escolar. À semelhança do ano letivo transato, a transferência das verbas ocorrerá em dois momentos: o primeiro, antes do início do ano letivo, das verbas para aquisição de material escolar; o segundo, em fevereiro, das verbas para apoio à realização das visitas de estudo, havendo monitorizações no final de cada período letivo para verificar se os montantes transferidos necessitam de algum reajustamento. -----

No seguimento da apresentação da proposta referente à Ação Social Escolar, o Dr. Rui Rosado pediu a palavra para trazer à conversa a questão da reutilização dos manuais escolares. Considerando que alguns manuais poderiam chegar ao final do ano bastante degradados, solicitou aos diretores dos agrupamentos que transmitissem a sua sensação sobre a qualidade dos manuais que foram devolvidos. -----

Passada a palavra aos diretores dos agrupamentos, o Dr. Duarte Martins, Adjunto da Direção do Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, referiu que a taxa de reutilização foi menor a nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo sido elevada ao nível do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico. Quanto à qualidade, poderá aumentar à medida que os alunos se forem habituando a esta nova realidade; por outro lado, o facto dos manuais principais trazerem espaços para preenchimento leva a que os alunos acabem por escrever nos manuais. A nível do Ensino Secundário, a taxa de reutilização foi bastante elevada. -----

Sobre a reutilização dos manuais no Agrupamento de Escolas Severim de Faria, o Dr. Carlos Percheiro informou que, após uma primeira abordagem em que todos os manuais que não estivessem em condições fossem postos de lado, se verificou que a grande maioria não estaria em condições. Quanto à medida em si, no entendimento do Dr. Carlos Percheiro, iria obrigar também a uma nova abordagem por parte das próprias editoras e do rigor que sobre esta matéria teria de ser feito, pois não poderiam haver livros utilizáveis em condições de aprendizagem que depois tivessem de ser apagados, devendo os livros ter em conta outro tipo de parâmetros para a sua reutilização. -----

Quanto ao Agrupamento de Escolas Manuel Ferreira Patrício, o Dr. Alexandre Pires acrescentou ainda que o tempo disponível para avaliar os livros foi reduzido, uma vez que o prazo para lançamento da informação na plataforma foi o dia 23 de junho. No agrupamento, foi transmitido aos docentes de 1.º e 2.º anos de escolaridade que os manuais destes anos não seriam reutilizados e, através do conselho pedagógico, foi criado um grupo de trabalho que analisasse os critérios que fossem muito rigorosos no sentido de garantir que o que fosse reutilizável estivesse mesmo em condições de ser reutilizado. Admitindo que algum manual pudesse ter sido considerado como reutilizável sem que realmente reunisse condições para tal, o Dr. Alexandre Pires transmitiu que, até à data, nenhum encarregado de educação se havia queixado, podendo, no entanto, existir alguma situação desconhecida. Reforçando tudo o que já havia sido dito pelos colegas diretores de agrupamentos de escolas, o Dr. Alexandre Pires referiu ainda a importância de alunos e pais tomarem consciência da responsabilidade pela utilização destes manuais, uma vez que, caso os manuais não sejam todos devolvidos no final do ano letivo, no ano letivo seguinte esses alunos não teriam direito a manuais.-----



De seguida o Sr. Nuno Rodrigues, elemento da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas André de Gouveia, deixou a nota de que no seu agrupamento a informação sobre a devolução dos manuais não foi transmitida atempadamente, o que fez com que tivessem havido alunos que, por não os terem devolvido, tivessem ficado sem manuais. -----

A Dra. Sara Fernandes encerrou o tema referindo que a medida não sendo apenas de apoio às famílias, mas também uma medida com impacto ambiental, deverá ser melhorada quanto ao procedimento de devolução dos manuais, que, a manter-se, pode comprometer os resultados desta medida positiva. -----

Terminada a discussão sobre a reutilização dos manuais escolares, a proposta de atribuição dos auxílios económicos no âmbito da Ação Social Escolar para o Ano Letivo 2019/2020 foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

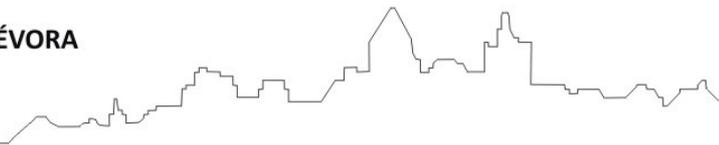
Avançando para o Ponto Quatro – Projeto Educativo Local (PEL), a Dra. Sara Fernandes começou para explicar que a Autarquia, no âmbito do processo Évora, Cidade Educadora, constituiu um grupo de trabalho interno constituído pelas Divisões de Educação e Intervenção Social, de Juventude e Desporto, de Cultura e Património, de Ambiente, Higiene e Mobilidade, pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pelo Gabinete de Comunicação, para que este não fosse apenas o repositório de iniciativas municipais, mas, querendo dar um passo qualitativo e quantitativo no sentido de uma construção coletiva que envolveria diversos atores da cidade. -----

Para uma apresentação mais pormenorizada do trabalho já realizado a nível do Projeto Educativo Local, foi dada palavra à Dra. Vera Lazana, técnica da Divisão de Educação e Intervenção Social, que deu a conhecer as linhas gerais da estratégia a curto prazo, ou seja, entre 2019 e 2021. -----

A Dra. Vera Lazana explicou que a noção de Projeto Educativo Local (PEL) decorria da Carta de Princípios das Cidades Educadoras, um documento base da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE), à qual a Câmara Municipal de Évora se associou em 2001, tendo desde então, concebido vários documentos sobre o PEL. Quanto ao Conselho Municipal de Educação, realçou que era um órgão com particular importância na definição e acompanhamento do PEL, conforme disposto nos Decretos-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Quanto ao conceito, sucintamente, a Dra. Vera Lazana definiu o PEL como um diagnóstico da oferta educativa do concelho, um instrumento de planeamento estratégico, um projeto participativo, uma resposta às necessidades concretas da população, um veículo de fomento à coesão social, um projeto de transformação social e o instrumento de efetivação da Carta de Princípios das Cidades Educadoras. -----

A Dra. Vera Lazana apresentou, ainda, os quatro objetivos do PEL, nomeadamente: contribuir para uma política educativa e articulada, através da cooperação institucional e da otimização dos serviços e recursos humanos; contribuir para a construção de um dispositivo que permita às escolas/autarquia/outros parceiros desenvolver uma intervenção sustentada e informada no domínio da educação; e contribuir para a promoção do sucesso educativo dos alunos do concelho, através de iniciativas que valorizem o impacto das





aprendizagens e contribuir para um melhor e maior conhecimento do concelho de Évora, aprofundando o envolvimento da comunidade educativa com as forças vivas da cidade).-----

Os eixos centrais apresentados para o desenvolvimento do PEL no período entre 2019 e 2021 foram a *Oferta do Município*, através da sistematização, adequação e reflexão da oferta educativa dos vários serviços internos, e os *Agrupamentos de Escolas / Comunidade Educativa*, através da sua colaboração na análise e divulgação da oferta educativa de acordo com a sua população escolar, bem como na avaliação do PEL. ----

As áreas de intervenção definidas para o Projeto Educativo Local foram a *Educação para a Cidadania*, a *Educação para o Património e Cultura*, a *Educação para a Ciência e Ambiente* e a *Educação para a Saúde e Desporto*.-----

A Dra. Vera Lazana apresentou também algumas imagens da Agenda com a oferta educativa no âmbito do PEL, explicando que esta se encontrava em fase de conclusão e que o seu conteúdo seria o resultado da sistematização dessas ofertas educativas nas quatro áreas de intervenção. -----

Além da Agenda, foi também apresentada aquela que seria a nova página eletrónica para mais fácil consulta das ofertas do PEL.-----

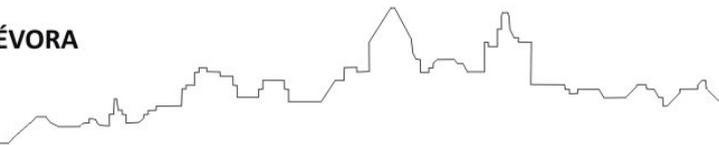
Feita a apresentação do que já havida sido feito no âmbito do Projeto Educativo Local, a Dra. Vera Lazana deixou nota daqueles que seriam os próximos passos: reflexão sobre a estratégia/evolução do PEL; elaboração do documento *Projeto Educativo Local 2019/2021*; compilação, sistematização e divulgação da oferta; e elaboração, aplicação de instrumentos de monitorização/avaliação e sistematização de resultados.-

Concluída a apresentação do Projeto, a Dra. Sara Fernandes acrescentou que se trata de um Projeto Educativo, ou seja de um conjunto de iniciativas, atividades, miniprojectos todos compilados e virados para a comunidade educativa, sendo intenção da Autarquia que este projeto venha a incluir iniciativas também viradas para a Cidade para que a ação da Câmara para o exterior tivesse também uma vertente educadora e de sensibilização de todos os cidadãos em várias áreas. -----

Dada a oportunidade para manifestarem as suas opiniões, o Dr. Carlos Percheiro referiu que se sentia recompensado uma vez que em 1990, ano em que pertenceu à primeira Comissão Municipal do país, já se refletia, no âmbito da reforma do Sistema Educativo, da importância de haver Projetos Educativos Municipais e que finalmente se via um esboço do que havia sido proposto há 30 anos. No seu entendimento, seria importante esclarecer alguns conceitos como comunidade educativa e ter um documento enquadrador com as medidas orientadoras. -----

O Dr. Rui Rosado, sobre o documento apresentado referiu que o mesmo deveria refletir também a área das instituições do tecido social onde estão os cidadãos insólitos, que não estão na escola a fazer um percurso escolar bem feito, que não são bem-sucedidos, a quem nem a escola interessa, que andam em circuitos excêntricos. No seu entendimento, o mesmo documento deveria ser uma reflexão para uma cooperação institucional com vista a uma educação não formal que incluía o cidadão da rua. Saudou também o facto de a educação não ser tida como meramente tecnológica e livresca, mas ser uma educação do Homem completo, que é partida em alguns aspetos como a cidadania, o património, o ambiente, complementares para uma





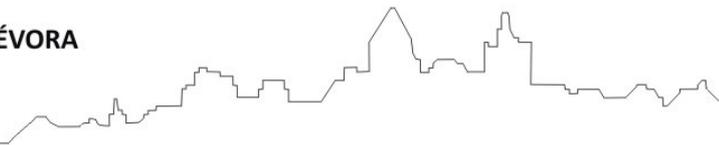
qualidade de cidadão. Todos estes aspetos, na sua opinião, serviriam para fazer a nossa comunidade melhor, lançando o desafio de que em 2021 o Projeto Educativo Local contivesse planos para que a sociedade dissesse «*vai deixar de haver gente insólita que não é vista*».

De seguida tomou a palavra a Dra. Gertrudes Pastor, presidente de junta de freguesia representante das freguesias do concelho, para, em relação ao referido pelo Dr. Rui Rosado sobre crianças, jovens e adultos com deficiência e/ou problemas no âmbito da saúde mental, acrescentar a importância de se discutir em paralelo e em consonância as questões relacionadas com educação, serviço social, intervenção social e intervenção na saúde, para que fosse possível trabalhar num ambiente de resposta e prevenção, ressaltando a importância do Plano Local de Saúde ser cruzado com o Projeto Educativo Local. Quanto ao Projeto Educativo Local, referiu a importância dos contributos que as Juntas de Freguesia poderiam dar no âmbito da educação não formal, uma vez que, embora prestem os apoios possíveis e colaborem com as respostas educativas, as suas responsabilidades a nível da educação formal são limitadas, deixando nota de que já existiam muitas iniciativas promovidas pelas Juntas de Freguesia com importância para o domínio da educação que poderiam ser integradas no Projeto.

Tomando a palavra, o Sr. Nuno Henriques referiu que, apesar dos pais não se conseguirem mobilizar e integrar mais nestas situações, uns por não quererem, outros, querendo, por não saberem como fazê-lo, e porque as associações de pais também não os têm conseguido mobilizar para um trabalho em conjunto para tratar situações que são dos próprios filhos, seria muito importante que os pais tivessem mais intervenção na questão das cidades educadoras, principalmente na área da cidadania e desde a idade pré-escolar, uma vez que neste nível de educação se vinham detetando situações sociais, de cidadania, de sociabilidade entre eles que, por não haver o devido acompanhamento, se iam agravando ao longo dos ciclos, tornando-se em crianças, jovens e adultos marginalizados. Terminou a sua intervenção manifestando vontade e disponibilidade para colaborar.

Começando por parabenizar o Projeto Educativo Local, a Enf.^a Rosa Silvério manifestou alguma preocupação relacionada com o excesso de projetos, uma vez que se ia apercebendo de que nas escolas surgia muita oferta ao mesmo tempo e algumas delas até se sobrepunham. Deu nota da intervenção dos Centros de Saúde a nível da prevenção primária e em termos de educação para a saúde, sendo alguns dos projetos concretizados em conjunto com a Autarquia. Manifestando disponibilidade para dar continuidade à articulação existente, reforçou que a oferta deveria ser completa, onde estivessem todas as vertentes apontadas a nível social, da saúde e da cidadania e se conseguisse fazer um trabalho melhor em conjunto.

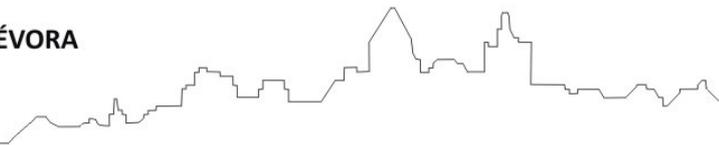
Considerando a questão da abrangência, a Dra. Paula Caeiro, representante dos serviços de emprego e formação profissional, reforçou que, sendo um projeto dirigido a toda a população, o Projeto Educativo Local deveria também abranger a população mais adulta para que fosse também mais fácil chegar às questões dos casos insólitos referidas pelo Dr. Rui Rosado, devendo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, pela sua dimensão e pelo trabalho desenvolvido junto da população mais adulta ainda abrangida pela questão da escolaridade, ser considerado como parceiro do projeto.



Após as intervenções dos conselheiros sobre o Projeto Educativo Local, a Dra. Vera Lazana começou por explicar que o projeto estava intencionalmente limitado por um cuidado de não se querer assumir um compromisso maior do que a capacidade de resposta, por se estar ainda numa fase de constituição de equipa e por haver necessidade de se refletir sobre algumas questões. Quanto ao documento enquadrador referido pelo Dr. Carlos Percheiro, referiu que existiam questões muito complexas que careciam de ser pensadas e de que as pessoas as conhecessem e se apropriassem. A Dra. Vera Lazana, sobre a repetição da oferta, referiu que só seria possível aferir se há excesso de oferta depois de uma sistematização, começando por verificar o que a Câmara já estava a fazer, passando a querer saber o que os outros faziam para os trazer para dentro do PEL. Quanto às questões sociais apontadas pelo Dr. Rui Rosado, sem minorar a sua importância, a Dra. Vera Lazana referiu que seria necessário avançar passo a passo, discutir mais as questões e dar tempo para amadurecimento dos documentos e das práticas. Sobre a Agenda do PEL que se encontrava em fase de conclusão, explicou que nela seria possível encontrar o público-alvo das iniciativas, sendo algumas ofertas para desenvolver em contexto de escola e outras em contexto de família. A Dra. Vera Lazana terminou informando que se pretende construir o Mapa Educativo da Cidade, que permitiria, pela representação geográfica da cidade, ter uma perceção visual da oferta existente.-----

Resumindo como Cidade Educadora aquela que tem muito presente a intenção de se querer educar para o desenvolvimento global de todo o indivíduo, começando efetivamente pelas crianças, mas também abrangendo toda a população mais vulnerável, aquela que tem presente em tudo o que se faz e de forma muito transversal que o que se quer é apostar no desenvolvimento integral do indivíduo, a Dra. Helena Ferro, chefe da Divisão de Educação e Intervenção Social da Câmara Municipal de Évora, referiu que se percebeu que o PEL seria o instrumento para atingir esse fim e que o Município não o faria sozinho, mas com todos, e manifestou a sua satisfação pela motivação expressa pelos presentes para com este processo que efetivamente seria ambicioso e gigantesco. A Dra. Helena Ferro explicou, ainda, que os eixos do projeto foram resultado da auscultação feita durante um dos fóruns de discussão sobre a construção da Carta Educativa. Tendo havido a perceção de que se se começasse logo de forma extremamente abrangente, o que seria o objetivo final, poderiam surgir algumas dificuldades e haver um desvio no processo, decidiu-se fasear o projeto iniciando-se de forma muito segura e internamente com a envolvimento de todos os serviços internos da Câmara, levando a que os serviços entendessem que se está a trabalhar para o desenvolvimento da Pessoa, para a educação de todos os munícipes. Para que se pudesse mostrar tudo o que era feito para as escolas e para a população seria necessário perceber o que era feito a todos os níveis. A Dra. Helena Ferro expressou a sua expectativa em que o Conselho Municipal de Educação colaborasse num percurso que seria complexo, mas também muito desafiador ao nível de se pensar o conceito e o próprio percurso, pois embora houvesse trabalho feito a nível nacional, com a participação da Câmara Municipal de Évora, o percurso a traçar no nosso território seria diferente do que se pensou para um território nacional devido às características muito próprias dos seus agentes e que se querem ver refletidas neste documento. Sendo o Conselho Municipal de Educação o grande motor para a reflexão e definição de estratégias, a Dra. Helena Ferro deixou a hipótese





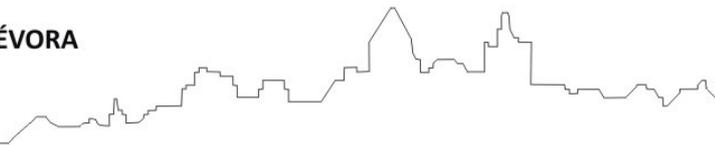
de algum dos conselheiros ser chamado a fazer parte de uma equipa de monitorização e avaliação. Outra questão que abordou foi a importância de se fazer o cruzamento do PEL com os Projetos Educativos dos Agrupamentos de Escolas, algo que ainda não foi feito, mas que se constituía como desafio. Sendo intencional começar da forma apresentada, deixou a nota de que, no seu devido tempo, se chamariam também todas as outras áreas que se encontram refletidas no PEL. -----

Numa tentativa de metodologia que poderia situar mais a abordagem, o Dr. Gazimba Simão referiu que se se entender o sistema educativo, tendo como referência a Constituição e a Lei de Bases, ter-se-ia de enquadrar o plano estratégico municipal de educação no que as nossas crianças, a nossa terra precisam e querem e que seriam prioridade com base no conhecimento que se tem delas para além do que é educação formal e que está estabelecida a nível do sistema educativo; debaixo do chapéu formal que tem a ver com a Lei de Bases e a forma como o Sistema Educativo está organizado, seria necessário construir outro chapéu que todos percebessem que era composto por linhas de força que pretendiam potenciar e melhorar aquilo que se entende que as crianças e os adultos necessitariam. Esta abordagem faria do Projeto Educativo Local um instrumento que, indo ao encontro dos objetivos nacionais, apresentaria os objetivos que seriam locais, da nossa terra, das nossas crianças, do nosso património e onde todas as entidades perceberiam onde estariam situadas e se integrariam naturalmente por também terem feito parte da metodologia, um documento onde a informação estaria mais harmonizada e adequada, correspondendo melhor ao que se entende como educação formal e não formal. -----

O Dr. Rui Rosado realçou a ideia de que as crianças não necessitavam de mais educação, pois tinham a melhor escola pública de todas as gerações, os pais e a família; o que seria necessário era educar a Cidade, pelo que este projeto deveria ser mesmo abrangente. Reforçou ainda a importância de uma primeira fase de observatório para se analisar o que é que faltaria, o que é que precisaríamos e decidir quem seriam os destinatários das ações. -----

Demonstrando a sua satisfação pela adesão manifestada pelo Projeto Educativo Local, a Dra. Sara Fernandes deixou também nota de que este é o início de um processo e que a intenção é de definir um projeto de Cidade Educadora. Concordando com o pressuposto apresentado pelo Dr. Gazimba Simão de se olhar para a cidade para se partir do que já é feito a nível de educação formal e não formal, a Dra. Sara Fernandes explicou que, do seu ponto de vista, seria também importante fazer uma análise um pouco diferente: olhar para a Cidade e perceber o que é que faltaria à Cidade, o que é que não estaria a correr bem com os cidadãos da Cidade, em que é que se poderia contribuir para mitigar as partes que não estivessem a correr bem, entre elas a que dissessem respeito à exclusão social. Com a implementação deste tipo de projetos, a Câmara Municipal não pretende descartar-se das suas responsabilidades, mas a assunção da ideia da cidade como sua e como o espaço público como um espaço de todos em oposição ao espaço público como um território de ninguém, levar o cidadão a entender que o espaço público na verdade é dele e por isso deve cuidar e fazer com que seja cuidado a todos os níveis. Sobre o PEL em específico, a Dra. Sara Fernandes esclareceu que se tratava de uma compilação do que se estava a fazer para ir ao encontro da preocupação de não duplicação de ofertas



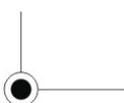


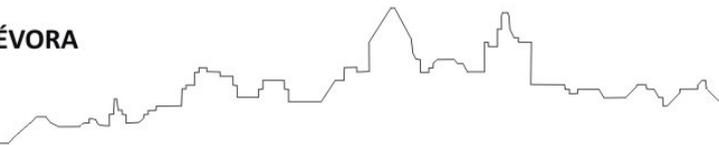
que têm objetivos e/ou público-alvo em comum. Quanto às áreas escolhidas, foram aquelas que, olhando para a cidade e partindo das suas necessidades, se poderiam constituir como pilares, como referência para possível alteração de mentalidades. Não sendo as áreas tratadas áreas estanques, o Projeto Educativo Local teria sempre de se cruzar com o Plano de Desenvolvimento Social que contempla áreas relacionadas com a educação, mas que são, sobretudo, intervenções na área social. -----

Antes de encerrar o ponto relativo ao Projeto Educativo Local, a Dra. Sara Fernandes introduziu o Projeto Educativo Artes à Escola implementado no ano letivo 2018/2019 e que tinha como objetivo o reforço da componente cultural num sentido mais vasto do que o que era habitualmente atribuído ao que é cultura, ao que é o espetáculo, ao que é o concerto. A principal pretensão era envolver as crianças nas forças vivas e culturais da cidade, que conhecessem não só a parte do espetáculo, mas que também fossem levadas aos equipamentos culturais como o Teatro Garcia de Resende, à Biblioteca Pública, ao Museu, e a conhecerem os próprios agentes e entidades culturais do concelho que dinamizam em várias áreas (música, teatro, escultura, pintura, ...). Sobre a implementação do programa no ano letivo 2018/2019, a Dra. Susana Russo, técnica da Divisão de Educação e Intervenção Social, começou por informar que o Artes à Escola resultou da articulação entre a Divisão de Educação e Intervenção Social e a Divisão de Cultura e Património da Câmara Municipal de Évora e que se desenvolveu entre os meses de fevereiro a maio, com o principal objetivo de proporcionar às crianças e aos jovens o acesso a várias áreas e expressões artísticas, estimulando a sua aprendizagem, a formação e o conhecimento e promovendo uma maior proximidade aos espaços e atividades culturais locais, envolvendo toda a comunidade. Enquanto dinamizador do projeto, o Município assumiu o papel de elo de ligação entre a comunidade escolar e os agentes culturais envolvidos, numa relação privilegiada entre os agrupamentos e escolas do concelho e entre quem cria, produz e se dedica à cultura e às atividades artísticas, essencialmente, a nível local. -----

O Programa, que foi disponibilizado aos quatro agrupamentos de escolas, contemplou ofertas para as diferentes faixas etárias, desde o pré-escolar ao ensino secundário, sem esquecer as famílias e o público em geral. Havendo mais propostas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, foi possível que todas as escolas do concelho deste nível de ensino tivessem acesso a, pelo menos, uma iniciativa; sendo que, a nível das escolas das freguesias rurais, foi dada a oportunidade a todos os alunos para assistirem a um concerto de música no Teatro Garcia de Resende, o que para muitos foi uma oportunidade de conhecer e entrar neste equipamento cultural pela primeira vez, e foi também possível levar alunos de uma freguesia rural à Casa do Povo de outra freguesia rural para, em interação com os alunos dessa freguesia, assistirem a um espetáculo de teatro. Embora a nível do Pré-Escolar e do 2.º Ciclo do Ensino Básico a oferta de iniciativas tenha sido menor, as que houve foram bastante participadas. A seguir ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, o Ensino Secundário foi quem teve maior oferta de atividades, decorrendo a maioria no espaço da escola, em equipamentos ao ar livre ou em equipamentos culturais. -----

As inscrições nas atividades e espetáculos foram asseguradas pela Autarquia, assim como as deslocações e transportes. Por opção, na primeira edição do Artes à Escola, toda a programação foi gratuita para o público,





tendo as várias ações decorrido em escolas (sala de aula, ginásio, biblioteca escolar, auditório e recreio), em espaços ao ar livre, essencialmente no Centro Histórico da Cidade, ou em equipamentos culturais públicos (Teatro Garcia de Resende e Universidade de Évora) ou privados (sedes das associações e coletividades, Casas do Povo e salas de cinema) e contemplando apenas propostas apresentadas pelos agentes culturais que desenvolviam a sua atividade e estavam sediados no concelho de Évora. -----

Dinamizadas por trinta agentes e associações locais, entre fevereiro e maio realizaram-se cerca de cinquenta atividades culturais que passaram por espetáculos de teatro e de marionetas, concertos de música, oficinas de artes plásticas, oficinas de escrita criativa, oficinas “Como pensar a cidade”, oficina de música, projeção de filmes e documentários, abrangendo, assim, áreas diversificadas como as artes plásticas, as artes digitais, a dança, o teatro, as marionetas, o cinema, a música e a escrita criativa e cerca de três mil espectadores, entre crianças, jovens, comunidade educativa, famílias e público em geral. -----

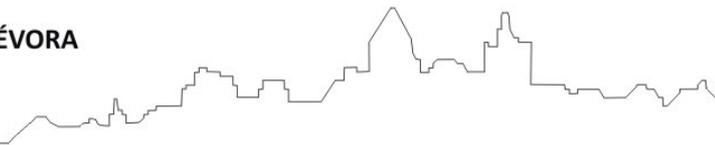
O Programa Artes à Escola, que respeitou o orçamento inicialmente apresentado e cumpriu o que estava previsto em termos de Programação, possibilitou a concretização de diversas ações (promover atividades lúdicas nas escolas, proporcionar a saída dos alunos para fora da sala de aula e para fora da escola, enriquecer o contacto entre a comunidade educativa e a esfera cultural do concelho, possibilitar o acesso a equipamentos públicos na área da cultura, enriquecer o contacto e a partilha entre escolas das freguesias rurais e as escolas da cidade) e tornou-se enriquecedor, na medida em que se transformou num recurso natural e lúdico que pôde também ser utilizado em contexto das Atividades de Enriquecimento Curricular disponibilizadas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, contribuindo para uma maior diversidade de experiências e de vivências. -----

Tendo sido o primeiro ano da sua realização, o Artes à Escola teve um balanço bastante positivo, na medida em que conseguiu dar resposta pondo em prática a maioria das propostas apresentadas pelos agentes culturais do concelho e permitir, por sua vez, que as atividades fossem usufruídas por crianças e jovens dos quatro agrupamentos de escolas do concelho. -----

A melhorar numa nova edição, a Dra. Susana Russo apontou os seguintes aspetos: uma melhor e mais atempada divulgação do projeto, criação de mais propostas para as famílias e público em geral e iniciar a programação a partir de novembro. -----

Concluída a apresentação do Programa Artes à Escola, a Dra. Sara Fernandes passou ao ponto cinco da Ordem de Trabalhos – Outros Assuntos, tendo dado palavra à Dra. Paula Caeiro que deixou uma breve nota sobre a Qualificação Profissional, pois embora o nível de desemprego esteja mais baixo, no concelho de Évora há ainda registo de mil e trezentas pessoas desempregadas, sendo que cinquenta por cento desta população tem menos do que o 9.º ano de escolaridade. Apesar de todas as políticas levadas a cabo e de toda a educação formal e não formal desenvolvida, haveria ainda muito trabalho a desenvolver uma vez que se trata de uma população desmotivada e que não tem interesse. Embora empresas e indústrias procurassem trabalhadores junto do IEFP, as pessoas que constam nos registos não reúnem condições para dar resposta a essas empresas. Atendendo a que as empresas que se encontram na cidade esperam de toda a





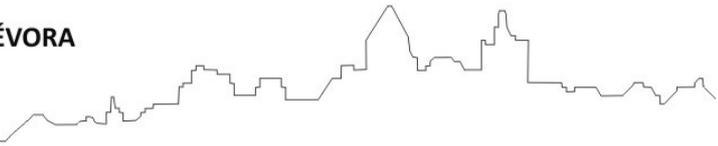
comunidade uma resposta, a Dra. Paula Caeiro manifestou a sua preocupação sobre quanto tempo as empresas se aguentariam sem que surgissem respostas, reforçando a importância da qualificação; mais reportou que havia muita oferta de trabalho e também a possibilidade de dar resposta a formação de serralheiros, eletricitas, mecânicos, ..., mas que, ano após ano, ficavam em aberto por não haver interessados nestas áreas. Para terminar, a Dra. Paula Caeiro apresentou o Programa Regressar, que apoia quem tenha saído do país até 2015 e regresse a Portugal durante os anos de 2019 e 2020 ao abrigo de contrato de trabalho, apoio que ajuda à instalação e a compartilhar os custos da viagem e do regresso do agregado familiar no seu conjunto, solicitando a colaboração de todos os conselheiros para a sua divulgação. Sobre as questões colocadas pela Dra. Paula Caeiro, a Dra. Sara Fernandes reforçou que a Autarquia já se tinha também apercebido que havia mais emprego, que havia emprego que até não era mal remunerado como o que havia nos primeiros anos após a crise, mas não havia jovens qualificados nem com formação para esses empregos, sendo importante sensibilizar e encaminhar os jovens para a frequência desses cursos de formação. -----

O assunto seguidamente abordado pela Dra. Sara Fernandes foi o da dinamização do Conselho Municipal de Educação para que se tornasse um espaço de diálogo não apenas sobre assuntos do dia-a-dia, mas que fossem também trazidos temas que interessassem a cidade do ponto de vista educativo e do âmbito deste órgão, nomeadamente: proporcionar momentos de discussão com os professores e com os pais, com ou sem temas dirigidos; trazer ao Conselho Municipal de Educação, não apenas os projetos municipais, mas também os projetos das restantes instituições com representação neste órgão; e convidar a CIMAC (Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central) e os técnicos envolvidos para que apresentassem os resultados obtidos na sequência de um estudo elaborado pela CIMAC sobre o Sucesso Escolar.-----

A Dra. Sara Fernandes passou à apresentação das intervenções efetuadas nos estabelecimentos de educação e ensino ao longo do ano letivo 2018/2019, assim como as que estavam previstas para o ano letivo 2019/2020, umas executadas com financiamento proveniente de candidaturas a fundos europeus, outras através do orçamento próprio da Autarquia. -----

No contexto das obras de intervenção nas escolas, o Sr. Nuno Henriques questionou se já haveria ou não projeto para as obras de requalificação da Escola Secundária André de Gouveia. Sobre este assunto, a Dra. Sara Fernandes informou que a Autarquia se havia disponibilizado para colaborar, encontrando formas adequadas de cooperação entre a Autarquia e o Ministério da Educação, como já foi feito no passado. Por não haver ainda projeto, tal não era possível, por não haver sequer uma avaliação do custo da obra que seria necessária realizar; informou ainda que apenas existia uma Declaração do Ministério da Educação a reconhecer a falta do projeto e a informar da transferência de verbas para a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares para a sua elaboração. Sobre esta questão o Dr. Gazimba Simão informou que o deferimento deste tipo de intervenções passava pela Secretaria de Estado, não dispondo de nenhuma informação particular sobre o assunto. -----





Aproveitando a presença dos representantes dos agrupamentos de escolas, que colaboraram através da cedência do espaço físico (Escola Básica do Rossio) e do pessoal não docente, dos representantes de algumas das entidades que receberam as crianças, proporcionando-lhes atividades lúdicas e pedagógicas (Forças de Segurança Pública, instituições culturais) e representantes de entidades que deram apoio à aquisição dos bens alimentares (União de Freguesias da Malagueira e Horta das Figueiras), a Dra. Adelina Paredes, técnica da Divisão de Educação e Intervenção Social, agradeceu a colaboração de todos para o sucesso de mais uma edição do Programa Ser a Brincar que recebeu sessenta e oito crianças, das quais duas tinham necessidades de saúde especiais. -----
Nada mais havendo a tratar, deu-se por concluída a reunião, da qual se lavrou a presente ata. -----
Da presente ata faz parte integrante a Lista de Presenças em anexo.-----

Évora, três de setembro de dois mil e dezanove.-----

